UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP
ESCOLA DE CIÊNCIA POLÍTICA - ECP

LUANA BUENO MORORÓ

EXISTE IDENTIDADE NACIONAL? UM ESTUDO A PARTIR DE QUATRO INTERPRETAÇÕES CLÁSSICAS DO BRASIL

RIO DE JANEIRO
2025

LUANA BUENO MORORÓ

EXISTE IDENTIDADE NACIONAL? UM ESTUDO A PARTIR DE QUATRO INTERPRETAÇÕES CLÁSSICAS DO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva

RIO DE JANEIRO

2025

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

M867 Mororó, Luana Bueno
Existe Identidade Nacional? Um estudo a partir de quatro interpretações clássicas do Brasil / Luana Bueno Mororó. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
25

Orientador: Fabricio Pereira da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação em Ciência Política, 2025.

1. identidade nacional. 2. formação do Brasil. 3. intérpretes do Brasil. I. da Silva, Fabricio Pereira, orient. II. Título.

LUANA BUENO MORORÓ

EXISTE IDENTIDADE NACIONAL? UM ESTUDO A PARTIR DE QUATRO INTERPRETAÇÕES CLÁSSICAS DO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em: 05/01/2026

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva (Orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Cesar Sabino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Ivo Jose de Aquino Coser

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me acompanha em cada passo e ilumina todas as minhas decisões. Aos meus pais, Daniela e Luciano, expresso a minha profunda gratidão pelo suporte constante ao longo de todos esses anos de estudo, sempre me incentivando e me motivando nos dias em que pensei em desistir. Esta conclusão de curso também é de vocês.

Estendo minha gratidão aos amigos que caminharam ao meu lado durante a graduação, em especial a Joyce, que compartilhou comigo os primeiros anos dessa jornada, dividindo desafios e construindo boas memórias.

Registro também minha sincera gratidão ao corpo docente da Escola de Ciência Política, cujos ensinamentos contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento do meu senso crítico e ético. Em especial, agradeço ao professor Fabricio Pereira pela oportunidade de atuar como monitora na disciplina de Introdução à Política e, posteriormente, de iniciar minha trajetória na iniciação científica – experiência que despertou meu interesse pelo tema da identidade nacional, que hoje está presente nesta monografia. Obrigada por me ajudar a dar forma às minhas ideias e por compartilhar comigo o seu conhecimento.

Agradeço ainda ao grupo de pesquisa CAIPORA, que ampliou minha compreensão sobre as relações Sul-Sul e me proporcionou reuniões profundamente enriquecedoras, pelas quais sempre serei grata. Também estendo minha gratidão à Liga LAHDIR e à POTENTIA, que fizeram parte do meu desenvolvimento acadêmico durante toda a graduação.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar de que maneira diferentes intérpretes clássicos do Brasil contribuíram para discussão acerca da existência, ou não, de uma identidade nacional que represente a diversidade social e cultural do país. A análise gira em torno de quatro obras fundamentais: *Casa-Grande & Senzala* (2003), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1995), de Sérgio Buarque de Holanda; *O Povo Brasileiro* (1995), de Darcy Ribeiro; e *Cidadania no Brasil: O Longo Caminh*o (2002), de José Murilo de Carvalho. Nos dois primeiros autores, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, são observadas as primeiras tentativas de compreender o "caráter nacional", a partir da miscigenação e do personalismo, de forma respectiva. Já Darcy propõe a releitura desses textos, pois enxerga o Brasil como um "povo novo" com diferentes origens, mas continuamente marcado por desigualdades estruturais. Por fim, José Murilo de Carvalho busca mudar o foco da cultura e traz à luz a política, associando a formação da identidade nacional ao desenvolvimento desigual da cidadania. O diálogo entre esses quatro autores evidencia que a identidade brasileira prossegue sendo um campo de conflitos e por contradições pelos períodos históricos atravessados. Bem como, pela tensão da inclusão e exclusão. Dessa forma, compreender o país implica em reconhecer que a formação de uma identidade nacional depende da efetivação da cidadania e da superação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Identidade nacional. Formação do Brasil. Cidadania. Intérpretes do Brasil. Desigualdade social.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate how different classical interpreters of Brazil have contributed to the discussion regarding the existence – or absence – of a national identity capable of representing the country's social and cultural diversity. The analysis centers on four fundamental works: *Casa-Grande & Senzala* by Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* by Sérgio Buarque de Holanda; *O Povo Brasileiro* by Darcy Ribeiro; and *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho* by José Murilo de Carvalho. In the first two authors, Freyre and Buarque, we observe the earliest attempts to understand the "national character," based respectively on miscegenation and personalism. Darcy Ribeiro, in turn, proposes a reinterpretation of these texts, viewing Brazil as a "new people" with diverse origins, yet continuously marked by structural inequalities. Finally, José Murilo de Carvalho shifts the focus from culture to politics, linking the formation of national identity to the unequal development of citizenship. The dialogue among these four authors demonstrates that Brazilian identity continues to be a field of conflicts and contradictions throughout historical periods, as well as being shaped by the tension between inclusion and exclusion. Thus, understanding the country implies recognizing that the formation of a national identity depends on the realization of citizenship and the overcoming of social inequalities.

Keywords: National identity. Brazilian formation. Citizenship. Interpreters of Brazil. Social inequality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....
2. CASA GRANDE E SENZALA E RAÍZES DO BRASIL: DOIS VELHOS CLÁSSICOS.....
3. O POVO BRASILEIRO E CIDADANIA NO BRASIL: DOIS NOVOS CLÁSSICOS.....
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....
REFERÊNCIAS .....

1. INTRODUÇÃO

O conceito de identidade nacional é, ao mesmo tempo, amplo e cheio de controvérsias, especialmente em um país como o Brasil com uma extensa diversidade cultural e étnica. Nesse sentido, é necessário questionar se há uma identidade que abrange e representa a totalidade do povo brasileiro, o que implicará em debruçar-se sobre obras que debatam a complexa construção histórica, social e política brasileira.

Diante disso, cabe a busca por compreender de que maneira diferentes intérpretes clássicos do Brasil contribuíram para o debate sobre a existência, ou ausência, de uma identidade nacional que seja capaz de representar a diversidade cultural e social do país. Para isso, a análise está centralizada em quatro obras canônicas que se tornaram fundamentais nesse debate: *Casa-Grande & Senzala* (1933; 2003), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936; 1995), de Sérgio Buarque de Holanda; *O Povo Brasileiro* (1995), de Darcy Ribeiro; e *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho* (2002), de José Murilo de Carvalho. A escolha desse escopo literário se deu, pois as obras sintetizam, à sua maneira, as principais reflexões dos autores sobre a formação social, cultural e política do Brasil e, sobretudo, sobre os dilemas e possibilidades da construção de uma identidade nacional.

A relevância do tema permanece no fato de que refletir sobre identidade nacional é também refletir sobre o próprio Brasil. Então, indagar se existe uma identidade comum que une todos os brasileiros permanece atual, especialmente pois essa discussão está intimamente ligada a desafios nacionais/políticos centrais como democracia, cidadania, desigualdade e reconhecimento da diversidade. Desse modo, revisitar os autores selecionados vai além de ser apenas um exercício histórico ou teórico, mas é uma forma de compreender como diferentes gerações de intelectuais interpretaram o Brasil e de que maneira suas obras contribuíram e continuam a dialogar com o presente.

Este trabalho, portanto, busca: compreender como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, no início do século XX, interpretaram os fundamentos da identidade nacional; examinar como Darcy Ribeiro revisou e criticou tais fundamentos, especialmente em torno da miscigenação e da formação do "povo brasileiro"; analisar como José Murilo de Carvalho articulou a relação entre cidadania e identidade nacional em diálogo com Holanda; e, por fim,

avaliar até que ponto é possível falar em uma identidade nacional coesa ou se esta permanece fragmentada e marcada por contradições históricas.

Para isso, a estrutura desta monografia foi organizada em duas partes, além da introdução ao tema e das considerações finais. A primeira seção traz as concepções de identidade nacional propostas por Gilberto Freyre (2003) e Sérgio Buarque de Holanda (1995). A segunda seção analisa as reformulações críticas apresentadas por Darcy Ribeiro (1995) e José Murilo de Carvalho (2002), considerando como suas leituras dialogam com as interpretações anteriores e introduzem novas perspectivas/percepções sobre os dilemas da identidade nacional brasileira. Essa abordagem permitirá avaliar se o conceito de identidade pode ser compreendido como um elemento capaz de unificar ou se continua a se apresentar como um campo de tensões e fragmentações na sociedade brasileira.

2. *CASA GRANDE & SENZALA* E *RAÍZES DO BRASIL*: DOIS VELHOS CLÁSSICOS

No início do século XX, o Brasil passou a se olhar mais de perto, tentando entender quem era o "povo brasileiro" e quais traços poderiam definir sua identidade enquanto nação. Esse período foi marcado por intensas transformações políticas e sociais, com a crise do modelo agrário-exportador, o crescimento urbano e industrial, o fim da Primeira República e a emergência de novos movimentos sociais e intelectuais. Nesse contexto, surge uma geração de pensadores preocupados em compreender a especificidade da formação nacional. Foi nesse cenário que Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda publicaram, com apenas três anos de diferença, duas obras que se tornaram marcos do pensamento social brasileiro: *Casa-Grande & Senzala* (1933; 2003) e *Raízes do Brasil* (1936; 1995). Esses dois velhos clássicos não apenas buscaram responder à pergunta "quem somos?", mas também trouxeram modos distintos de interpretar a identidade nacional. O impacto dessas literaturas, por sua vez, permanece relevante até os dias atuais como referência nos estudos sociológicos e políticos, tanto pelo pioneirismo quanto pelas críticas que suscitaram.

Em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre apresenta um modelo que originou o que hoje se entende como a realidade brasileira. Revisitando o período colonial, o autor traz a imagem da casa grande e a senzala, as quais seriam uma espécie de microcosmo – ou seja, uma unidade familiar e produtiva dos engenhos de açúcar. Esse seria o núcleo central onde se teve a formação da sociedade brasileira, a partir da relação entre o colonizador português, o indígena e o escravizado africano. Com esse encontro entre diferentes etnias – além da "escassez de mulheres brancas", como afirma Freyre –, a miscigenação produziu uma síntese cultural única que teria marcado de forma duradoura os costumes e, principalmente, a organização familiar. O autor conclui que esse processo teria diminuído as distâncias sociais de raça no país, o que ele caracteriza como "democracia racial". Além disso, defende que nenhum outro colonizador, em comparação aos britânicos e espanhóis, teve êxito como os portugueses na questão sexual e latifundiária – sempre trazendo, portanto, uma defesa mesmo que de forma indireta aos portugueses, como no caso dos indígenas, onde a degradação foi culpabilizada aos jesuítas.

Apesar de ser uma obra marcante para entender a formação do Brasil, Freyre peca em muitos aspectos. Em um dos trechos, o sociólogo afirma que o "português, mesmo senhor, não foi o europeu intransigente na defesa da pureza racial ou religiosa" (Freyre, 2003, p. 367),

colocando que a escravidão foi mais branda se comparada com outras formas de colonização, trazendo o "mito do bom senhor". Freyre acaba, portanto, não reconhecendo a violência e exploração sofridas por escravizados no período. Cabe lembrar que essa leitura foi posteriormente apropriada pelo Estado Novo, que utilizou a ideia de uma harmonia racial como fundamento da identidade nacional e da unidade política do país. Tal concepção, embora tenha contribuído para uma visão integradora da sociedade brasileira, acabou mascarando as profundas desigualdades raciais e sociais herdadas da escravidão.

Adiante, autores como Florestan Fernandes criticaram Freyre ao afirmar que este ignorava a estrutura de dominação e mascarava os conflitos de classe e raça presentes na sociedade brasileira. Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (2008), Fernandes argumenta/defende que a "aparente harmonia das relações entre senhores e escravos era apenas uma forma disfarçada de dominação. A suposta brandura da escravidão brasileira ocultava uma violência constante, que se reproduziu nas relações raciais posteriores à Abolição" (Fernandes, 1978, p. 25-26). Para Florestan, a "democracia racial" defendida implicitamente por Freyre era, na verdade, encobrir a persistência da desigualdade e manter a dominação sobre esses povos.

Outro crítico foi o antropólogo Kabengele Munanga que questionava a naturalização do mestiço como identidade nacional em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (2008). . Em um trecho, o autor afirma como esse discurso serviu historicamente para invisibilizar o racismo e sustentar a falsa ideia de harmonia racial:

> O mito da democracia racial, nascido das interpretações de Gilberto Freyre sobre a formação do povo brasileiro, serviu para esconder o racismo sob o manto da harmonia. A mestiçagem foi celebrada como símbolo de igualdade, quando, na verdade, ela foi imposta dentro de um contexto de dominação e violência (Munanga, 2008, p. 78-79).

Embora o autor tenha trazido ideias que rompem com as teorias raciais dominantes do início do século XX, que viam a miscigenação como uma decadência cultural, sua obra deve ser lida com ressalvas e de forma crítica. Freyre propôs, portanto, que a miscigenação fosse entendida como um fundamento da identidade nacional brasileira da contribuição de diferentes povos. No entanto, é necessário reconhecer tanto o impacto positivo dessa valorização quanto os critérios utilizados por ele para mascarar e suavizar a violência da escravidão e da exploração no processo de formação.

Três anos após essa publicação, Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil* (1936; 1995) – obra igualmente clássica, mas com abordagem distinta. Diferente de Freyre, o interesse de Holanda (1995) não estava propriamente na miscigenação, mas sim na permanência das heranças culturais portuguesas na sociedade brasileira. Para o historiador e sociólogo brasileiro, a colonização portuguesa foi marcada pelo improviso, pela adaptação fácil e pela ausência de planejamento racional, o que teria influenciado profundamente a formação nacional.

É nesse contexto que o Brasil nasceu do poder que era pessoal e doméstico, que o autor introduz a ideia da cultura do personalismo que pode ser descrita como a associação de coisas públicas a pessoas privadas. Ao afirmar que "Entre nós, o funcionário público tende a ser antes de tudo um protetor e amigo, e não propriamente um servidor do Estado" (p. 146), o autor aponta que esse traço de conduta está ligado à herança patriarcal e rural, na qual as lealdades pessoais se sobrepunham às normas institucionais. Holanda também menciona a presença d a cultura da obediência na sociedade, onde a "vida em sociedade é sempre, entre nós, um prolongamento da vida doméstica, e os laços de família frequentemente substituem as ligações de ordem objetiva" (p. 107), revelando que essa cultura pode mudar de caráter mediante a situação.

Outro importante conceito para entender essa obra é o "homem cordial" que, para o intelectual, ao contrário da interpretação comum, não se trata de gentileza ou afeto, mas da dominância da esfera privada (a casa, a família) sobre a pública (as leis, o Estado, as instituições), isto é: ele leva para os espaços públicos valores e comportamentos típicos da vida doméstica. O "homem cordial" é um indivíduo que nasce no contexto de uma sociedade personalista; suas atitudes são orientadas por sentimentos, afetos e relações pessoais, o que dificulta a construção de instituições impessoais e democráticas. Dessa forma, Sérgio Buarque explica por que, no Brasil, as práticas personalistas e patrimonialistas se sobrepunham às regras formais do Estado – as quais desenvolveram práticas até hoje presentes na sociedade como o nepotismo, clientelismo e o dito "jeitinho brasileiro".

Contudo, apesar da grande contribuição para entender o desenvolvimento da personalidade e características do brasileiro, Sérgio Buarque peca ao enfatizar excessivamente a herança ibérica, limitando a formação brasileira a uma única matriz cultural, no caso, a influência da colonização portuguesa. Logo, o intelectual esquece/ignora a contribuição de outros povos, os quais ajudaram a fundar a identidade brasileira. Tal problemática diferencia esse autor

de Freyre, já que não dá destaque aos indígenas e africanos que, em sua obra, aparecem como componentes do ambiente social, mas não como agentes históricos desse processo. Dessa forma, Holanda traz uma visão eurocentrista e determinista ao comparar o "atraso" do Brasil frente a países europeus e ignorar o papel de resistência, criação e transformação que indígenas e africanos desempenharam na sociedade brasileira.

Os críticos à sua obra, como Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder* (2001), ampliam essa linha de análise introduzindo novos elementos como a origem do patrimonialismo: este não era apenas herança portuguesa, mas também resultado da dinâmica social e política interna do país. Para o autor,

> o estamento burocrático não é simples herança do passado ibérico nem produto de uma cordialidade transplantada. Ele é a forma política por excelência através da qual se perpetuou o poder senhorial sob novas roupagens, travestido de legalidade e impessoalidade (Faoro, 2001, p. 742-743).

Desse modo, Faoro considera a explicação de Buarque insuficiente porque não se baseia tanto nas estruturas de poder, pois para ele o problema é estrutural e político. O Estado foi criado de cima para baixo, a elite utilizou o poder público como propriedade privada. Ainda assim, *Raízes do Brasil* permanece atual por revelar como a dificuldade de consolidar uma vida pública autônoma e democrática no Brasil tem raízes profundas, ligadas à forma como se estruturam as relações sociais.

Outro intelectual que contribui para esse debate é Roberto DaMatta que, em *Carnavais, Malandros e Heróis* (1979), reelabora o conceito de "homem cordial" proposto por Sérgio Buarque. DaMatta critica a leitura de Holanda, considerando-a excessivamente moral e individual por ser centrada entre o público e privado, ponderando isso um "defeito cultural" como afirma: "O Brasil não é uma sociedade de iguais. É uma sociedade de pessoas. Por isso, as regras que parecem impessoais e universais ganham aqui uma dimensão relacional, pessoal. Daí o modo como os brasileiros tratam as leis, a autoridade e os outros: através da pessoa, e não do papel" (DaMatta, 1979, p. 15-16). Para DaMatta, a cordialidade não seria apenas uma herança negativa, mas um modo de organização social e simbólica que expressa a forma como os brasileiros lidam com hierarquias e igualdade. Assim, ele transforma a cordialidade de um traço moral em um mecanismo complexo, reinterpretando a obra de Buarque sob uma visão antropológica e mais compreensiva da realidade brasileira.

Apesar das diferenças de enfoque, as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda dialogam entre si, pois ambos procuram identificar traços de longa duração que explicam a formação nacional: para Freyre, a miscigenação; para Sérgio Buarque, o personalismo ibérico. Enquanto um enxerga a pluralidade cultural como marca positiva, o outro evidencia os limites dessa formação para a construção da cidadania. Segundo Antonio Candido (2006), a força desses textos está menos nas respostas que oferecem e mais na "capacidade de formular perguntas fundamentais sobre o Brasil". Nesse sentido, *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* constituem a base de uma tradição de interpretação que influenciou toda uma geração de intelectuais.

3. *O POVO BRASILEIRO* E *CIDADANIA NO BRASIL*: DOIS NOVOS CLÁSSICOS

A partir da segunda metade do século XX, o debate sobre a identidade nacional ganhou novos traços. As décadas de 1960 e 1970, especialmente, foram marcadas por grandes transformações políticas e sociais no Brasil: o golpe de 1964 instaurou uma ditadura militar que reprimiu vozes críticas, ao mesmo tempo em que impulsionou novas formas de pensar o país. Diante desse cenário, diversos intelectuais começaram a questionar as visões excessivamente conciliatórias e harmônicas da formação nacional, características presentes em autores como Gilberto Freyre e, em certa medida, Sérgio Buarque de Holanda. Em vista disso, surgiram múltiplas leituras críticas que buscavam compreender as raízes estruturais da desigualdade e da exclusão persistentes no país. Entre os nomes centrais desse movimento, estão Darcy Ribeiro e José Murilo de Carvalho, que reinterpretam a formação brasileira a partir de perspectivas distintas, mas igualmente preocupadas em explicar as fragilidades da identidade nacional.

Em sua obra *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995), Darcy Ribeiro retoma o tema da miscigenação, mas com um olhar mais crítico e político do que o de Gilberto Freyre. Para Ribeiro (1995), o Brasil nasce como resultado de três matrizes – indígena, africana e europeia – que, embora tenham gerado uma nova síntese cultural, o fizeram sob um regime de exploração e dominação. Sua ideia de "povo novo" está, portanto, atravessada pela consciência do trauma colonial, como afirma: "Nós, brasileiros, somos um povo sem ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo" (p. 453). Essa colocação sintetiza o projeto intelectual do autor que busca compreender o Brasil como uma experiência civilizatória inacabada, marcada por desigualdades históricas e pela busca constante de autodefinição de si. Logo, o sociólogo entende o "povo brasileiro" não como uma identidade pronta, mas como uma formação em processo, atravessada por contradições. Ao contrário da suposta "harmonia" celebrada por Freyre, Darcy Ribeiro reconhece o caráter conflituoso e desigual desse processo, denunciando o extermínio indígena e a escravização de milhões de africanos como elementos fundantes da sociedade brasileira.

Apesar disso, a visão de Darcy também não escapa a críticas. Alguns intérpretes apontam que, embora reconheça a violência colonial, esse autor ainda sustenta uma narrativa nacionalista e

desenvolvimentista, em que o "povo brasileiro" aparece como um projeto de futuro, destinado a realizar uma síntese civilizatória superior. Autores como Kabengele Munanga e Jessé Souza chamam a atenção para o fato de que essa perspectiva pode, involuntariamente, reproduzir certa idealização da mestiçagem, obscurecendo o racismo estrutural e as hierarquias étnico-raciais que persistem na sociedade brasileira. Kabengele Munanga, em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (2008), observa que "Darcy Ribeiro reconhece a importância das culturas africanas e indígenas, mas ainda as trata como matrizes fundidas num projeto nacional que se define a partir do olhar ocidental" (p. 67). Essa crítica é importante pois mostra que, mesmo em uma perspectiva progressista, permanece o desafio de romper completamente com o paradigma colonial de interpretação do Brasil. Munanga observa ainda que o elogio à mestiçagem, mesmo em chave crítica, pode reforçar a ideia de um "mito da democracia racial", agora reformulado, mas ainda presente.

Jessé Souza interpreta Darcy como um intelectual que, embora profundamente dedicado, mantém resquícios de uma visão culturalista que subestima os mecanismos históricos de reprodução da desigualdade. Em *A construção social da subcidadania* (2000), Souza argumenta que as interpretações tradicionais sobre o Brasil, mesmo as progressistas, como as de Darcy, acabam enfatizando aspectos culturais (como a mestiçagem e a criatividade popular) em detrimento das dimensões materiais que sustentam a exclusão. Segundo o autor, "a desigualdade brasileira não é fruto apenas de nossa herança cultural, mas de um sistema social rigidamente estruturado, que naturaliza a dominação e a transforma em traço da identidade nacional" (Souza, 2000, p. 47). Nessa leitura, Darcy Ribeiro seria herdeiro de uma tradição que, ao buscar compreender o Brasil pela via da cultura, corre o risco de reproduzir uma explicação que suaviza a permanência das hierarquias sociais. Souza percebe que, embora Darcy denuncie a exploração colonial e exalte a criatividade das classes populares, sua narrativa ainda se apoia em uma ideia de povo como totalidade, o que tende a diluir os antagonismos de classe e as estruturas de poder: "[a] noção de um 'povo brasileiro' coeso mascara o fato de que a maioria da população foi historicamente impedida de ser reconhecida como cidadã de pleno direito" (p. 52). Essa crítica, portanto, desloca o debate sobre a identidade nacional para o terreno das relações sociais e econômicas, questionando a ênfase excessiva na mestiçagem e no "caráter nacional". Logo, para Jessé Souza, o verdadeiro problema brasileiro não é a falta de identidade, mas a persistência de

uma “subcidadania”, uma forma de exclusão que se perpetua sob a aparência de cordialidade e integração cultural, que foram propostas por Ribeiro.

Convém notar que, apesar das críticas de Jessé Souza, que interpreta Darcy como excessivamente culturalista, há passagens em *O Povo Brasileiro* que indicam o reconhecimento explícito do autor a permanência de uma ordem social profundamente hierarquizada, atribuindo sua reprodução às elites brasileiras. Para Darcy Ribeiro, a formação do país foi conduzida por grupos dominantes que “se aproveitaram da força de trabalho indígena e negra para instituir um regime de privilégio” (Ribeiro, 1995), de modo que a miscigenação nunca impediu a consolidação de estruturas de dominação.

Outros autores, como Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz, ressaltaram que a formação social brasileira não pode ser compreendida apenas a partir da cultura ou da condição de pertencimento, mas deve partir de uma análise das relações de classe e do modo de produção vigente. Em *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), Maria Sylvia de Carvalho Franco busca compreender as contradições do sistema escravista, mostrando que a escravidão moldou não apenas as relações econômicas, mas também os comportamentos, as hierarquias e as formas de sociabilidade que perduraram após a abolição. Em sua perspectiva, “a escravidão criou uma sociedade sem cidadãos, em que a dependência pessoal substituiu o vínculo jurídico e político entre os homens” (p. 34). Essa leitura desmonta a ideia de que a identidade nacional poderia surgir de uma suposta harmonia cultural, como sugerem os intérpretes culturalistas, ao evidenciar que a base da formação brasileira foi a desigualdade estrutural.

Nessa mesma linha crítica, Roberto Schwarz retoma o debate sobre as interpretações do Brasil para evidenciar como as formas culturais refletem e, ao mesmo tempo, mascaram as contradições de classe. Em *Ao vencedor, as batatas* (1977), Schwarz demonstra que o “atraso” brasileiro não é resultado de uma inferioridade cultural, mas da reprodução de formas sociais híbridas, em que valores modernos convivem com estruturas arcaicas. Como afirma o autor, “as ideias fora do lugar são o modo peculiar de funcionamento da sociedade brasileira: um liberalismo de fachada sobre uma realidade de favor e dependência” (Schwarz, 1977, p. 29). Assim, a identidade nacional não se explicaria pela mestiçagem ou pela cordialidade, mas pela persistência de uma lógica social que combina modernização e privilégio.

Nesse sentido, as tentativas de Darcy Ribeiro sobre o conceito de “povo novo” são vistas como insuficientes para explicar a persistência das desigualdades. Sua visão sobre um “Brasil mestiço” precisa ser compreendida em conjunto com a crítica das estruturas econômicas e políticas que sustentam a exclusão. Portanto, torna-se evidente que a questão da identidade nacional não pode ser dissociada da construção da cidadania, um ponto que será aprofundado por José Murilo de Carvalho.

Em *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho* (2002), José Murilo de Carvalho desloca o foco da cultura para a política, articulando identidade nacional e cidadania. Para o cientista político, a construção da nação brasileira esteve historicamente concentrada nas mãos das elites, que moldaram um projeto de país excludente e hierarquizado. Como afirma o autor, “a desigualdade de acesso aos direitos políticos, civis e sociais produziu uma cidadania incompleta, que separa o cidadão formal do cidadão real” (Carvalho, 2002, p. 221). Essa distinção demonstra que a democracia nacional se construiu sobre bases frágeis, nas quais a promessa de inclusão não se traduziu em participação eficiente. Carvalho continua sua proposição, afirmando que, “[o] povo foi politicamente excluído e socialmente marginalizado durante grande parte da história brasileira. [...] O resultado foi a formação de uma cidadania mutilada, que reconhece deveres, mas ignora direitos” (p. 45). Dessa maneira, a cidadania se desenvolveu de forma incompleta, marcada pela ausência de direitos sociais e pela limitação da participação popular.

Ao contrário de Ribeiro, que ainda via na formação do povo uma capacidade transformadora, José Murilo de Carvalho enxerga um profundo distanciamento entre a questão da unidade nacional e a realidade da exclusão social e política. Sua crítica é especialmente relevante no contexto da redemocratização brasileira, nos anos 1980 e 1990, quando se discutia a consolidação de instituições democráticas após décadas de autoritarismo. Murilo argumenta que, para compreender a fragilidade da identidade nacional, é preciso reconhecer que o acesso desigual à cidadania compromete qualquer sentimento de pertencimento coletivo. Em outro momento, o autor ratifica tal proposição: “A identidade nacional nunca se realizou plenamente porque não se construiu sobre uma base de igualdade. O sentimento de pertencimento coletivo depende da experiência concreta de direitos compartilhados” (p. 183). Desse modo, Carvalho (2002) compreende que uma nação não se define apenas por símbolos ou pela cultura, mas pelo grau de efetividade dos direitos e da participação política de seu povo.

Alguns autores, contudo, consideram que a leitura de José Murilo é excessivamente focada no Estado e nas instituições políticas, e que esse enfoque subestima os aspectos culturais e simbólicos que formam uma identidade. Lilia Schwarcz e Renato Ortiz são exemplos de tal perspectiva crítica, pois defendem que a construção da identidade nacional também passa pelas narrativas históricas, pela memória coletiva e pelas representações culturais que moldam o "sentimento de nação".

Em *As Barbas do Imperador* (1998), Lilia Schwarcz demonstra como o Império brasileiro utilizou rituais, imagens e símbolos para criar uma ideia de coesão nacional e de continuidade histórica. Como afirma a autora, "a nação se inventa não apenas por leis e instituições, mas também por meio de rituais, ícones e mitos que produzem pertencimento" (Schwarcz, 1998, p. 25). Assim, a identidade nacional emerge tanto do campo político quanto do simbólico, resultado de um ensino visual e afetivo que naturaliza o poder e traz uma memória compartilhada entre os indivíduos, gerando uma conexão coletiva. Portanto, embora Murilo de Carvalho ofereça uma leitura clara e coerente da exclusão política, sua abordagem tende a marginalizar a dimensão simbólica da brasilidade – dimensão que, paradoxalmente, sustentou o imaginário nacional ao longo de séculos.

Renato Ortiz, por sua vez, em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (1985), argumenta que a identidade é uma construção histórica e ideológica que articula cultura e poder, ressaltando que "a identidade nacional não é uma essência, mas um discurso que organiza as diferenças sob a forma da unidade" (Ortiz, 1985, p. 18). Desse modo, Ortiz amplia o debate ao enfatizar que o sentimento de nação é também um produto das práticas culturais e das narrativas produzidas pelas elites intelectuais e políticas ao longo do tempo. Em contraste com José Murilo de Carvalho, sua análise passa do foco do Estado para o campo das representações, mostrando que a cidadania e a identidade se entrelaçam tanto nas instituições quanto na cultura.

Em síntese, tanto Darcy Ribeiro quanto José Murilo de Carvalho podem ser lidos como complementares, pois representam uma virada crítica no pensamento social brasileiro. O primeiro enfatiza a formação cultural e antropológica do povo brasileiro, reconhecendo suas contradições; o segundo, destaca o desenvolvimento desigual da cidadania e da democracia. Ambos, entretanto, lidam com a mesma tensão: a distância entre o ideal de uma identidade nacional inclusiva e a persistência das desigualdades estruturais que fragmentam o país. Suas obras revelam que pensar

o Brasil é, inevitavelmente, pensar suas exclusões e que a identidade nacional continua a ser uma construção inacabada e disputada no campo da história, da cultura e da política no país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto ao longo desta monografia, torna-se evidente que a questão da identidade nacional brasileira não pode ser compreendida de forma linear ou homogênea. Ao revisitar autores clássicos e contemporâneos, percebe-se que a ideia de uma identidade unificadora sempre esteve atravessada por tensões, disputas interpretativas e projetos distintos de nação. Desde a celebração da miscigenação por Gilberto Freyre até a crítica estrutural da cidadania incompleta formulada por José Murilo de Carvalho, o debate revela muito mais um campo de conflitos do que um consenso sobre quem somos enquanto coletividade.

Ao analisar *Casa-Grande & Senzala* (2003) e *Raízes do Brasil* (1995), observou-se que as primeiras tentativas de explicar o Brasil buscaram identificar traços supostamente essenciais – a mistura racial, no caso de Freyre; e o personalismo ibérico, no caso de Sérgio Buarque – como fundamentos do "caráter nacional". Contudo, a recepção crítica dessas obras mostrou limites importantes: de um lado, a romantização da escravidão e a construção do mito da democracia racial; de outro, a tendência eurocêntrica e determinista que subestimou o papel histórico de indígenas e africanos na formação social do país. Não se nega que essas leituras inauguraram um campo de reflexão fundamental, mas também abriram espaço para novas interpretações que questionaram suas bases.

Na segunda seção desta pesquisa, foram incorporadas para o debate as reformulações de Darcy Ribeiro (1995) e José Murilo de Carvalho (2002), os quais introduziram elementos estruturais e políticos que tornaram a discussão mais inovadora. Darcy trouxe à tona a violência constitutiva do processo colonial e a formação conflituosa do "povo brasileiro", mas ainda assim manteve sua linha de estudo na síntese cultural como base para a construção de um projeto nacional. Críticas como as de Jessé Souza (2000) e Kabengele Munanga (2008) mostraram que, embora inovador, esse projeto ainda reproduzia lacunas importantes ao não enfrentar plenamente as desigualdades e hierarquias que fazem parte da experiência social brasileira.

Em contrapartida, José Murilo de Carvalho deslocou definitivamente o debate para o terreno da cidadania, demonstrando que a fragilidade da identidade nacional está intimamente ligada à exclusão política e social que historicamente definiu a formação brasileira. Sua análise evidencia que não é possível falar em identidade nacional coesa quando grande parte da

população permanece afastada dos direitos civis, sociais e políticos que garantiriam sua plena participação na vida pública. Nesse sentido, a identidade nacional não falha por ausência de elementos culturais compartilhados, mas sim pela desigualdade, a qual impede que esses elementos se traduzam em pertencimento coletivo.

É nesse ponto que a reflexão de Roberto DaMatta (1979) ilumina o debate ao afirmar, em *Carnavais, Malandros e Heróis*, que "os clássicos permanecem não porque estejam isentos de críticas, mas porque continuam a oferecer esquemas de interpretação com os quais nos confrontamos para compreender o Brasil". Esse argumento reforça que Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e José Murilo de Carvalho continuam sendo revisitados não por consenso, mas justamente porque suas obras formularam perguntas fundamentais e ainda sem resposta clara sobre o país.

Assim, ao longo do trabalho tornou-se evidente que a identidade nacional brasileira não é um dado, mas um processo que nunca teve seu fim, marcado por disputas entre interpretações. O Brasil, como observaram esses autores, é uma construção histórica que passou por profunda violência e desigualdade, o que dificulta a ideia de uma plena coletividade.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Editora UNESP, 1969.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.